

2 — Considerando que, após a publicação do Decreto-Lei n.º 207/2007, de 29 de Maio, diploma que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, a Portaria n.º 662/2007, de 31 de Maio, veio determinar a estrutura nuclear dos serviços e competências das respectivas unidades orgânicas, nela se incluindo a Direcção de Serviços das Questões Económicas e Financeiras;

3 — Considerando que as competências correspondentes à mencionada unidade orgânica nuclear coincidem no essencial com a Direcção de Serviços das Questões Económicas e Financeiras, prevista no Decreto-Lei n.º 344/91, de 17 de Setembro, com as alterações que constam do Decreto-Lei n.º 408/99, de 15 de Outubro, anterior diploma orgânico desta Direcção-Geral;

4 — Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino a manutenção da comissão de serviço da licenciada Maria Luísa Henriques Faria Fernandes Pereira Dias como Directora dos Serviços das Questões Económicas e Financeiras.

5 — A funcionária é nomeada para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae*, em anexo.

6 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Abril de 2008.

22 de Fevereiro de 2008. — O Secretário-Geral, *Fernando d'Oliveira Neves*.

Curriculum

Dias (Maria Luísa Henriques de Faria Fernandes Pereira) — Nasceu em 3 de Setembro de 1958; licenciada em Economia (1980) e pós-graduada em Economia Europeia (1981) pela Universidade Católica Portuguesa; Assistente na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, entre Janeiro de 1981 e Setembro de 1987; técnica superior do Departamento de Transferência de Tecnologia do Instituto do Investimento Estrangeiro entre Julho de 1982 e Julho de 1983; técnica superior no Secretariado para a Integração Europeia, em 1984; técnica superior na Direcção-Geral das Comunidades Europeias, em 1985; integrada no quadro de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Dezembro de 1989; Chefe de Divisão da Direcção de Serviços das Questões Económicas e Financeiras da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 1 de Janeiro de 1992; técnica superior de 1ª classe, em Março de 1993; assessora principal, desde Setembro de 1996; Directora de Serviços das Questões Económicas e Financeiras, em 1 de Setembro de 2006.

Despacho n.º 7993/2008

1 — Considerando a alínea d) do n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2 — Considerando que, após a publicação do Decreto-Lei n.º 207/2007, de 29 de Maio, diploma que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, a Portaria n.º 662/2007, de 31 de Maio, veio determinar a estrutura nuclear dos serviços e competências das respectivas unidades orgânicas, nela se incluindo a Direcção de Serviços dos Assuntos Jurídicos;

3 — Considerando que as competências correspondentes à mencionada unidade orgânica nuclear coincidem no essencial com a Direcção de Serviços dos Assuntos Jurídicos, prevista no Decreto-Lei n.º 344/91, de 17 de Setembro, com as alterações que constam do Decreto-Lei n.º 408/99, de 15 de Outubro, anterior diploma orgânico desta Direcção-Geral;

4 — Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino a manutenção da comissão de serviço do licenciado Luís Inez Fernandes como Director dos Serviços Jurídicos.

5 — O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae*, em anexo.

6 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Abril de 2008.

22 de Fevereiro de 2008. — O Secretário-Geral, *Fernando d'Oliveira Neves*.

Curriculum

Fernandes (Luís Inez) — Nasceu em 16 de Julho de 1951; licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa; pós-graduado em Altos Estudos Europeus no Colégio da Europa, em Bruges; técnico superior de 1ª classe, no Secretariado para a Integração Europeia, em 17 de Março de 1980; técnico superior principal, em 19 de Outubro de 1984; Director de Serviços, em regime de substituição, em 10 de Março de 1987; transitou do antigo Secretariado para a Integração Europeia, sendo integrado no quadro de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 16 de Março de 1987; Director de Serviços dos Assuntos Jurídicos na Direcção-Geral das Comunidades Europeias,

em 23 de Abril de 1987; assessor principal, em 17 de Outubro de 1990; Director de Serviços dos Assuntos Jurídicos na Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 1996; no mesmo cargo, mediante concurso público, em 1999.

Despacho n.º 7994/2008

1 — Considerando a alínea d) do n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros;

2 — Considerando que, após a publicação do Decreto-Lei n.º 207/2007, de 29 de Maio, diploma que aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Assuntos Europeus, a Portaria n.º 662/2007, de 31 de Maio, veio determinar a estrutura nuclear dos serviços e competências das respectivas unidades orgânicas, nela se incluindo a Direcção de Serviços do Alargamento e do Espaço Europeu;

3 — Considerando que as competências correspondentes à mencionada unidade orgânica nuclear coincidem no essencial com a Direcção de Serviços das Relações Externas Intra-Europeias, prevista no Decreto-Lei n.º 344/91, de 17 de Setembro, com as alterações que constam do Decreto-Lei n.º 408/99, de 15 de Outubro, anterior diploma orgânico desta Direcção-Geral;

4 — Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino a manutenção da comissão de serviço da licenciada Maria Lurdes Reynaud da Fonseca Ribeiro como directora dos Serviços do Alargamento e do Espaço Europeu.

5 — A funcionária é nomeada para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae*, em anexo.

6 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Abril de 2008.

22 de Fevereiro de 2008. — O Secretário-Geral, *Fernando d'Oliveira Neves*.

ANEXO

Ribeiro (Maria de Lurdes Reynaud da Fonseca) — nasceu em 1 de Fevereiro de 1952, em Lisboa; licenciada em Direito; antiga docente na Faculdade de Direito; na função pública, em 1986; adjunta do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, nos X, XI, XII, XIII e XIV Governos Constitucionais; técnica superior principal na Secretaria de Estado, em 10 de Março de 2001; Chefe de divisão na Direcção de Serviços das Relações Externas Intra-Europeias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 17 de Setembro de 2003; assessora principal, em 9 de Novembro de 2004; Directora de Serviços das Relações Externas Intra-Europeias da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, em 9 de Março de 2005.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho n.º 7995/2008

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos, da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P. (IPAD, I.P.), através de Aviso publicitado, respectivamente, no *Diário da República* n.º 203, 2.ª série, de 22 de Outubro; no jornal "Diário de Notícias", do dia 23 de Outubro e na Bolsa de Emprego Público (BEP), de 23 de Outubro, com o código de oferta n.º OE200711/0451, todos do ano de 2007, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de director de serviços da Direcção de Serviços de Cooperação Geográfica I, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I.P., estabelecido no artigo 3º, dos Estatutos deste Instituto, aprovados pela Portaria n.º 510/2007, de 30 de Abril, em conjugação com as competências expressas no n.º 1, do artigo 8.º, da citada Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela lei 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado, artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela lei 51/2005, a escolha recaiu na candidata, licenciada Maria Isabel Pimenta Couto Ferreira Mestre, por se considerar que reunia as condições mais adequadas ao desempenho do cargo a prover, porquanto, demonstrou, inequivocamente, possuir as melhores condições técnicas para prosseguir as atribuições da respectiva unidade orgânica para a qual foi aberto o mencionado procedimento, em virtude de ser detentora duma vasta e comprovada experiência profissional no exercício de funções no âmbito da análise de programas e projectos de cooperação e ajuda pública ao desenvolvimento e deter